



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)

VOTO EM SEPARADO AO PROJETO DE LEI Nº 5.390/2013, DE AUTORIA DA DEPUTADA ANDREIA ZITO

I – RELATÓRIO

Cuida-se de Projeto de Lei de autoria da nobre Deputada Andreia Zito, cujo objetivo é conceder porte de arma aos ocupantes do cargo de Vigilante, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

Na justificativa apresentada, a Autora argumentou que os vigilantes das instituições federais de ensino exercem funções típicas de polícia e correm os mesmos riscos e estão expostos aos mesmos desgastes a que estão submetidos os integrantes das carreiras policiais.

O PL nº 5.390/2013 foi distribuído às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Nesta Comissão, o nobre Relator, Deputado Alexandre Leite, apresentou parecer pela rejeição.

É o relatório.

II - VOTO EM SEPARADO

Conforme se depreende da leitura do Projeto de Lei em análise, seu objetivo é a concessão de porte de arma aos ocupantes do cargo de Vigilante, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

Isto porque, de acordo com a nobre Autora as atividades típicas dos vigilantes universitários vão da segurança do patrimônio predial até a segurança do corpo docente, discente, de servidores técnico-administrativos, como também da sociedade que circula diariamente por esses campi, que geralmente são extensas áreas geográficas abertas e sem muros, pois assim são as características das nossas instituições de ensino superior federais.

E acrescenta que, antes da vigência do Estatuto de Desarmamento (Lei nº 10.826, de 2003), esses agentes de vigilância das universidades federais possuíam porte de arma, mediante autorização legal. Entretanto, com o advento da nova lei, não houve previsão legal para que esses profissionais permanecessem com o direito ao porte de arma, passando a ficar desprovidos dessa condição legal para o exercício de suas atividades.

Nesta Comissão o ilustre Relator, Deputado Alexandre Leite, argumentou que a universidade pública desempenha um importante papel social junto à comunidade em que se insere e a própria comunidade acadêmica. As diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão congregam um significativo número de pessoas, tanto por parte do corpo universitário ou visitantes, as quais encontram no campus universitário um ambiente propício ao desenvolvimento da vida acadêmica e cultural. Desta forma, propugna-se por manter uma atmosfera pacífica, que estimule o desenvolvimento das atividades inerentes à comunidade.

E acrescenta que a presença de polícia armada em campus é recorrente associada a episódios de repressão a protestos estudantis.

Embora ciente da nobre intenção do Relator, os argumentos expostos carecem de embasamento, motivo pelo qual passamos a realizar as seguintes considerações.

Primeiramente, cumpre ressaltar que, como muito bem argumentado pela Autora, os vigilantes das instituições federais de ensino exercem funções típicas de polícia. Correm os mesmos riscos e estão expostos aos mesmos desgastes a que estão submetidos os integrantes das carreiras policiais. Desta forma, é dever do Estado conceder a estes profissionais meios para o desempenho eficaz de sua atividade, bem como, para sua própria proteção.

Ressalto que as atividades típicas dos vigilantes universitários vão além da segurança do patrimônio predial. Estes profissionais são responsáveis pela segurança do corpo docente, alunos, de servidores e visitantes.

A presença de vigilantes com porte de arma em nada contribui negativamente para as atividades universitárias, pelo contrário, sua intenção é justamente criar um ambiente propício ao desenvolvimento da vida acadêmica e cultural, onde os alunos e professores possam se dedicar aos seus estudos e atividades, sem precisarem se preocupar com a sua segurança, desviando assim seu foco e atenção.

É incoerente a alegação de que vigilantes armados são associados a episódios de repressão. Se assim fosse, esta Casa teria esta mesma conotação. O Congresso Nacional é conhecido como a casa do povo brasileiro, a casa que está sempre aberta para que cidadãos venham protestar, manifestar suas opiniões e cobrar seus direitos. A presença de vigilantes armados não inibe estas manifestações, pelo contrário, dá a todos a sensação de segurança, inclusive a nós, que nos sentimos protegidos para desempenhar livremente nossas funções.

A mesma segurança que temos acesso e queremos para nós, é a que devemos buscar para toda sociedade.

No mais, precisamos lembrar que as universidades espalhadas por todo Brasil não são iguais as que conhecemos nos grandes centros, nas capitais. Em lugares mais afastados, a realidade é ainda pior. As universidades estão localizadas em locais ermos, falta estrutura, iluminação e conseqüentemente segurança.

Não precisamos nem ir tão longe, no Rio de Janeiro, estudantes da Universidade Federal Rural (UFRRJ) denunciam ao Jornal do Brasil o estado de insegurança na Instituição (matéria em anexo).

Furtos, assaltos, tentativas de sequestro, estupro, assédio sexual, má iluminação, má conservação de prédios e aulas suspensas: essa é a situação da Universidade.

O estudante Alexandre Barros cursa Comunicação Social no período da noite. O aluno conta “Não me sinto seguro. Todos os caminhos são mal iluminados, por exemplo, o percurso entre o Instituto de Ciências Humanas e Sociais e o Prédio de Aulas Teóricas, os arredores do Instituto de Zootecnia e do Instituto de Biologia”.

Thais Paula, 24 anos, estudante de Engenharia Química, teve sua bicicleta furtada dentro da faculdade, em frente ao prédio principal. “Vários amigos já foram assaltados com arma de fogo nas dependências da faculdade. Tem muito mato alto dentro da faculdade, o que facilita o esconderijo para bandidos. A baixa iluminação da faculdade e a falta de uma segurança efetiva são motivos de receio em andar pela Rural, mesmo de dia”.

Algumas vítimas preferiram não se pronunciar sobre o caso, mas todos os estudantes ouvidos pelo Jornal do Brasil revelaram conhecer pelo menos um caso de violência nas dependências da Instituição.

Como podemos ver, ao contrário do que alega o nobre Relator, não é a vigilância armada, mas sim a sensação, o estado de insegurança que não gera um ambiente propício ao desenvolvimento da vida acadêmica e cultural ou uma atmosfera pacífica, que estimule o desenvolvimento das atividades inerentes à comunidade.

No mais, sabemos ainda o quanto, na prática, é infundada a argumentação de que o apoio das polícias armadas estatais pode ser requisitado nos casos em que se ofereça ameaça ou risco reais à comunidade.

No caso da universidade citada, a polícia armada estatal não chegou nem perto de evitar, pelo menos um, dos casos de violência citados.

Mesmo não se tratando de uma instituição federal, aproveito para citar o caso de Realengo, que teve grande repercussão nacional. No dia 7 de abril de 2011, na Escola Municipal Tasso da Silveira, Wellington Menezes de Oliveira invadiu a escola armado com dois revólveres e começou a disparar contra os alunos presentes, vitimando doze deles, com idade entre 13 e 16 anos.

O agressor, ao escolher o local, sabia que não encontraria reação e que até a polícia ser acionada, faria várias vítimas. É possível que a presença de um vigilante armado tivesse coibido a ação, ou impedido o falecimento de algumas das crianças. O agressor só cessou o ataque, deixando de acertar outros alunos, quando foi interceptado por policial armado.

Se ao contrário, houvesse apenas um vigia desarmado, este muito provavelmente seria hoje mais uma vítima.

O caso de Realengo chocou todo o Brasil pela quantidade de vítimas e modo de agir do agressor. No entanto, diversos casos de agressão, de homicídio e roubo em escolas e universidades ocorrem frequentemente, mas sem tanta repercussão na mídia.

Não podemos simplesmente ignorar o assunto, agir como se ele não existisse ou criar soluções demagogas, utópicas que não enfrentarão o problema. A necessidade de segurança é tão flagrante que diversas escolas e universidades em todo o País têm contratado vigilantes armados para combater a violência nas Instituições.

Citamos como exemplo, escolas do Rio Grande do Sul, de São Paulo, Minas Gerais, Alagoas, do Amazonas e do Ceará. Em Fortaleza, das 625 escolas públicas, 360 (57,6%) possuem vigilantes armados.

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) ampliou este ano a vigilância armada em seus três campi. Ao todo, cento e trinta e dois profissionais de segurança fazem parte da operação (matéria em anexo).

A medida acontece depois de dois casos de sequestro relâmpago registrados dentro do campus da Universitária, no Recife. No mês de fevereiro, a universitária Fernanda Magalhães, do curso de administração, foi abordada por um homem armado por volta das 19h, no estacionamento do CCSA e forçada a dirigir o próprio carro até a Avenida Caxangá no posto BR, onde foi acompanhado até o caixa eletrônico e sacou toda a quantia que possuía na conta. Em seguida, o assaltante dirigiu o carro da estudante até o bairro do Prado e a deixou na rua.

Levantamentos internos mostram que quando a segurança deixou de ser armada na UFPE – o que ocorreu na última quinzena de 2005 – os números de criminalidade aumentaram significativamente. Em 2005 foram registrados

apenas quatro roubos – sendo três dentro do campus e um nos arredores. Em 2006 foram 92 – 25 dentro do campus e 67 nos arredores.

Assim, ao invés de proibir o porte de arma para os ocupantes do cargo de vigilantes do PCCTAE, fazendo com que as instituições gastem milhões na contratação de empresas de segurança privada para, através de vigilantes armados, realizar a proteção de seus alunos e professores, o Governo deveria disciplinar em norma para que os vigilantes recebessem treinamento adequado e realizassem reciclagem constante, para agir com habilidade e eficiência no desempenho da função.

No mais, é incoerente ainda a argumentação do Relator no sentido de que houve manifestação contrária quanto à matéria, devido sua abrangência, uma vez que não restringe o uso apenas quando em serviço.

As pessoas descritas nos incisos do *caput* do art. 6º da Lei nº 10.826/2003 podem utilizar armas apenas em serviço. As exceções estão relacionadas no § 1º do mesmo artigo. Assim, podem utilizar arma de fogo, fora do serviço, somente as pessoas expressamente autorizadas, senão vejamos:

“Art. 6º

§ 1º As pessoas previstas nos incisos I, II, III, V e VI do *caput* deste artigo terão direito de portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, **mesmo fora de serviço**, nos termos do regulamento desta Lei, com validade em âmbito nacional para aquelas constantes dos incisos I, II, V e VI.” (g.n.)

Assim, como pelo Projeto em discussão, os vigilantes seriam inclusos apenas no inciso do *caput* do art. 6º, a estes seria concedido apenas o porte funcional, dentro do serviço, não havendo que se falar em porte particular, fora do serviço.

Diante do exposto, voto pela aprovação do PL nº 5.390/2013.

Sala da Comissão, de de 2014.

Deputado Federal

13/04 às 06h00 - Atualizada em 14/04 às 18h07

"Não me sinto seguro", diz aluno da Universidade Federal Rural

Alunos denunciam más condições e descaso da reitoria

Jornal do Brasil
*Louise Rodrigues**

Furtos, assaltos com armas de fogo, tentativas de sequestro, estupro, assédio sexual, má iluminação, má conservação de prédios e aulas suspensas: essa é a situação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). A faculdade não atende ao pedido dos alunos que, indignados, denunciaram ao Jornal do Brasil as condições que precisam enfrentar para conseguir o tão sonhado diploma. Entre as principais reclamações está o descaso da reitoria da UFRRJ, a professora Ana Maria Dantas Soares. A Universidade fica na BR-465, Km 7, no município de Seropédica.

"Situação deplorável", dizem alunos da Universidade Federal Rural

Além da infraestrutura, a preocupação com a segurança e integridade física dos alunos também não parece ser uma prioridade para a reitoria da URRJ. Não bastassem os já traumáticos furtos e assaltos, casos de estupro e sequestro também já foram registrados. Algumas vítimas preferem não se pronunciar sobre o caso, mas todos os estudantes ouvidos pelo Jornal do Brasil revelaram conhecer pelo menos um caso de violência nas dependências da Instituição.

O mato alto facilita a atuação de criminosos

O estudante Alerrandre Barros cursa Comunicação Social no período da noite. O aluno conta que não vê ronda da segurança pelo campus, já que os profissionais se concentram na entrada. "Não me sinto seguro. Todos os caminhos são mal iluminados, por exemplo, o percurso entre o Instituto de Ciências Humanas e Sociais e o Prédio de Aulas Teóricas, os arredores do Instituto de Zootecnia e do Instituto de Biologia", alerta.

Thais Paula, 24 anos, estudante de Engenharia Química, teve sua bicicleta furtada dentro da faculdade, em frente ao prédio principal. "Vários amigos já foram assaltados com arma de fogo nas dependências da faculdade. Tem muito mato alto dentro da faculdade, o que facilita o esconderijo para bandidos. A baixa iluminação da faculdade e a falta de uma segurança efetiva são motivos de receio em andar pela Rural, mesmo de dia", denuncia.

Ambientes escuros e afastados não recebem manutenção e servem de esconderijo para bandidos

Ranay Nóbrega, 20 anos, cursa História na faculdade e também conhece vítimas da violência no campus. "Uma menina que estudava na minha sala foi trancada no quarto de um rapaz enquanto ele tentou forçá-la a assistir um vídeo pornô. Outro menino, também do meu curso, foi assaltado enquanto voltava para casa no KM 49, local de residência de muitos alunos. O trajeto pode ser feito a pé e muitos estudantes já foram

assaltados. Uma amiga precisou se mudar e há pouco tempo teve sua bicicleta furtada no campus, o que é muito comum”, conta a estudante.

Uma estudante do curso de Administração, que não quer se identificar, conta a sua experiência. Ela foi perseguida e, depois, mudou de endereço. “Eu estava indo para a casa de uma amiga por volta de 21:30h e a rua já estava vazia. De repente, um carro prateado com vidro escuro estava do meu lado, dando ré. Pensei que fosse algum conhecido e fiquei olhando esperando que a pessoa se manifestasse. Não esperava o pior. Quando me dei conta que tinha algo estranho, quis apertar o passo. O homem que estava no banco de trás abriu a porta, colocou o pé para fora, me mostrou sua arma e mandou eu entrar no carro. Tudo aconteceu muito rápido. Comecei a correr e gritar na direção contrária da minha casa e o cara entrou no carro e continuou me seguindo. Quando eu estava um pouco distante olhei para trás e vi o carro parado na rua. Continuei correndo e virei a primeira esquina até encontrar uma família no final da rua. Eles me acalmaram e um casal me levou até onde eu estava indo”, lembra a estudante.

Diário de Pernambuco

UFPE amplia vigilância nos três campi

A principal mudança é a implantação da vigilância durante 24 horas

Publicação: 11/04/2014 08:45 Atualização: 11/04/2014 09:17

No campus Recife, onde já foram registrados assaltos e sequestros-relâmpagos, atuarão 103 vigilantes.

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) está ampliando as ações de vigilância nas áreas internas dos campi do Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru. O novo contrato, com a empresa TKS Segurança Privada Ltda, entra em vigor nesta sexta-feira, passando a oferecer os serviços de vigilância armada e armada motorizada e sistema de ronda eletrônica. Os vigilantes estarão distribuídos em 91 postos, espalhados pelos três campi. A principal mudança é a implantação da vigilância durante 24 horas, além do trabalho realizado das 7h às 23h em todos os postos.

Ao todo, cento e trinta e dois profissionais de segurança fazem parte da operação, somados à equipe da Superintendência de Segurança Institucional da UFPE, que coordena a execução da política de segurança da universidade. No Recife, são 103 vigilantes, entre ostensivos armados motorizados e vigilantes armados. Em Vitória, são oito vigilantes armados. Em Caruaru, são 21 profissionais, entre armados motorizados, motorizado e seis armados. Dezesesseis motos são utilizadas neste trabalho.

No Campus Recife, a área foi dividida em quatro quadrantes, incluindo a área da Reitoria e da Casa da Estudante Feminina, para facilitar a ação da vigilância. O contrato terá a vigência de 12 meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, até o máximo de 60 meses. A empresa contratada vai fornecer os vigilantes treinados, motos

abastecidas, com quilometragem livre, rádios de comunicação, uniformes e complementos, armas e munição. O preço global do contrato é de R\$ 8 milhões, por ano.

Segundo o superintendente de Segurança Institucional, Armando Nascimento, com a retirada das catracas no Campus Recife, deverão também ser instalados quatro postos nos portões que dão acesso às paradas de ônibus e que apresentem registros de assaltos. A previsão é de que, no decorrer do ano, serão acrescentados mais oito postos com 13 vigilantes no Recife, seis postos com 16 vigilantes em Vitória e cinco postos e nove vigilantes em Caruaru, totalizando 170 vigilantes em 110 postos nos três campi. Pelo contrato anterior, estavam alocados 75 vigilantes em 59 postos.

Sequestros - A medida acontece depois de dois casos de sequestro relâmpago registrados dentro do campus da Universitária, no Recife. No mês de fevereiro, a universitária Fernanda Magalhães, do curso de administração, foi abordada por um homem armado por volta das 19h, no estacionamento do CCSA e forçada a dirigir o próprio carro até a Avenida Caxangá no posto BR, onde foi acompanhado até o caixa eletrônico e sacou toda a quantia que possuía na conta. Em seguida, o assaltante dirigiu o carro da estudante até o bairro do Prado e a deixou na rua.

No dia 31 de janeiro, uma estudante de economia, de 20 anos, estacionou o carro próximo ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), quando o suspeito, que fingia falar ao celular, mostrou uma arma e exigiu que ela entrasse no veículo com ele. Em seguida, a jovem foi obrigada a dirigir até um caixa eletrônico, fora da UFPE, para sacar dinheiro. No total, R\$ 500. Ela foi deixada numa comunidade desconhecida, e o carro levado pelo bandido.